

António Barros Cardoso *

O Porto e o comércio do vinho – dos alvores de Setecentos à instituição da *Real Companhia* (1756)

R E S U M O

*O presente artigo condensa as principais linhas de força desenvolvidas no nosso trabalho de investigação realizado para provas de doutoramento que versou aspectos muito variados da ligação entre a cidade do Porto e a região do Douro, traçada a partir de um elemento fulcral da dinamização económica destes dois pólos, o comércio vinícola.*¹

Como é sabido, a cidade do Porto manteve desde tempos remotos uma forte relação com a sua vasta área de influência que, no decurso do último quartel do século XVII, se alargou de forma definitiva à região do Douro. Tal ligação assentou na complementaridade económica servida por uma via de comunicação difícil mas que ainda assim foi capaz de permitir o fluxo regular de mercadorias desde a barra do Porto às encostas íngremes do “país do vinho”, refiro-me, é claro, ao Rio Douro. Por outro lado, durante a primeira metade de setecentos, avulta o papel da “estrada de água” enquanto via estruturante da prosperidade económica das duas regiões, desenvolvida à custa do negócio de exportação dos vinhos produzidos nos socalcos das terras xistosas e alcantiladas do Douro, aos quais, nessa altura, a cidade do Porto emprestou o nome. Foi nosso propósito, à luz de documentação inédita colhida em arquivos portugueses e estrangeiros, conhecer melhor o peso dessas relações, num período importante e menos conhecido da história do Vinho do Porto. Nos pontos seguintes, deixamos notícia dos resultados a que chegamos e relação das principais fontes documentais utilizadas.

I. A VIDA ECONÓMICA DO PORTO (1700-1756)

O nosso estudo assentou sobretudo em informes de natureza fiscal, de carácter indirecto, mas elegíveis para o conhecimento da vida económica da cidade do Porto entre 1700 e a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756)². Tais fontes, ao contrário das fontes alfandegárias ou das fontes notariais não permitem quantificar com o maior rigor o conhecimento do tecido socio-económico em que assentou o negócio dos vinhos do Porto, mas os documentos alfandegários não existem ou se existem o seu paradeiro é desconhecido e a tarefa *ciclópica* de compulsar as actas notariais do Porto

* Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História. Professor Auxiliar.

¹ *Baco & Hermes – O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 8 de Abril de 2002.

² AHMP – *Imposição do Vinho*, lv.s 1319 a 1370.

da primeira metade do século XVIII resultava inútil sem um levantamento prévio dos agentes envolvidos no trato vinícola e por conseguinte na vida económica do Porto e do Douro, que só as fontes fiscais permitiu. Contudo, sabemos-lo, a História como ciência alinha-se em princípios dinâmicos que resultam dos avanços da investigação e altera constantemente os paradigmas que a sustentam. Por isso, independentemente das conclusões que ora adiantamos, fica-nos a certeza de que a base documental de sustentação do estudo desenvolvido permitiu sobretudo criar uma plataforma de conhecimento que facilita o ancorar de novas linhas de investigação para que se faça mais luz sobre a história dos “vinhos do Porto” no decurso da primeira metade do século XVIII.

Este período cronológico correspondeu a um tempo de fissuras e reajustes nos planos político e económico, em que avulta a disputa e o controle do comércio marítimo espanhol e português, por parte de franceses, holandeses e ingleses (1700-1720). O período de paz alcançado entre 1720 e 1740, permitiu materializar equilíbrios que ajudaram ao renascimento em força das actividades comerciais, só atenuado a partir de 1741 face a novas rivalidades que colocaram frente a frente as grandes potências da época, a Inglaterra e a França.

Numa altura em que a guerra deixa de ser solução por si só, sem que sejam ponderadas as suas implicações económicas e sociais, ganham particular relevo as suas consequências num quadro mercantil internacional de negócios assente em comunidades de estrangeiros, mais ou menos numerosas, fixadas nos principais portos e ancoradas em negócios estáveis. A comunidade britânica do Porto conta-se neste grupo. Por isso, no quadro conflitual da Guerra da Sucessão de Espanha, os ingleses do Porto clamaram junto do seu governo e das autoridades portuguesas eficaz protecção às suas actividades. Acreditavam mesmo no interesse da coroa portuguesa em manter incólume o seu comércio, independentemente do quadro político em que o nosso país se movimentasse. A correspondência diplomática analisada deixou amplos testemunhos da consciência que os mercadores ingleses tinham da sua valia no quadro regular de desenvolvimento da cidade do Porto e do país, de onde ressuma também a importância da manutenção do trato com Portugal por parte da Inglaterra.

Se o posicionamento português no conflito não afectou grandemente a estabilidade da comunidade britânica do Porto no que se refere à manutenção das suas actividades comerciais, no plano da fiscalidade os danos fizeram-se sentir ao ponto de, como sucedia com frequência, os representantes diplomáticos ingleses brandirem a letra dos tratados do século XVII junto do governo de Lisboa, a fim de atenuarem os efeitos nefastos dos agravos fiscais. Em 1715, a Feitoria Inglesa procurou mesmo a reforma do tratado de 1654 como forma de cimentar a sua posição liderante. Aventou então, entre outras medidas, o alargamento das facilidades de comércio nos nossos portos continentais e coloniais, o reforço da protecção jurídica à comunidade inglesa e claro está, o limitar da fiscalidade sobre os negócios dos súbditos britânicos. Não esqueceu a questão religiosa que, por volta de 1718, fez extremar posições anglo-lusas, assunto a que votamos capítulo próprio.³

O período que nos ocupou foi também marcado pela Guerra da Sucessão de Áustria. Embora um conflito que teve os principais campos de batalha em espaços marítimos e terrestres afastados das fronteiras portuguesas, contribuiu para o agravar das condições de segurança no mar, junto das nossas costas, afectando directamente o fluxo regular das mercadorias entre Portugal e os países envolvidos. O Porto sentiu particularmente os seus efeitos nas ligações com a Inglaterra e com os portos do norte da Europa.

³ Usamos neste capítulo documentação guardada no PRO - SP (State Papers) - 89 - N.ºs 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44.

O movimento da barra do Douro, constituiu o barómetro que nos permitiu avaliar a vitalidade económica da cidade pelo menos entre 1704 e 1747, já que as fontes disponíveis não nos permitiram, com segurança, ir além destes limites cronológicos⁴. Sardinha, outras espécies da pesca costeira, o trato do sal e mercadorias do Brasil, fizeram mover então a nossa depauperada marinha mercante. A quase totalidade dos outros produtos que entravam a barra foram transportados por navios estrangeiros e consignados a mercadores de outras nacionalidades estabelecidos no Porto. De entre eles avultam os ingleses, responsáveis pela entrada de 75,9% dos navios que foram vistoriados pelos guardas da saúde ao longo do período abrangido, o que diz bem da supremacia económica britânica relativamente aos mercadores nacionais que, em volume de negócios, se encontravam a par de outras comunidades estrangeiras estabelecidas na urbe, como os holandeses e os alemães de Hamburgo.

Os produtos alimentares, as matérias primas e os produtos manufacturados, por esta ordem, ocuparam os porões dos navios visitados na barra do Porto. A aduela proveniente dos portos do Mar do Norte e do Báltico foi, entre os produtos manufacturados, o que mais vezes nos surgiu como parte ou totalidade da carga dos navios recenseados. Seguiram-se-lhe as “fazendas secas” maioritariamente oriundas de Londres, o papel de França e de Génova, as munições de Amsterdão e Roterdão, o vestuário de Londres, as garrafas de Hamburgo, Bristol e Newcastle e os materiais destinados à construção naval, mastros para navios também já manufacturados em Amsterdão.

No capítulo das matérias primas, o ferro em barra ou em arcos, sobretudo vindo de Londres, mas também de Estocolmo, Amsterdão, Hamburgo e de outros portos do sul da Inglaterra, ocupou o primeiro lugar. Seguiu-se-lhe o aço, carregado em Amsterdão e Hamburgo. Menor expressão entre os metais importados teve a liga de chumbo e o cobre. O linho, secunda o ferro enquanto matéria prima mais vezes presente a bordo dos barcos que entraram no Douro. Vinha sobretudo de Hamburgo. Depois o carvão de pedra carregado nos cais de Londres, Newcastle, Hull e Bristol. Sal de Setúbal, tabaco, açúcar e couros do Brasil preencheram o leque das matérias primas mais importantes para a laboração das actividades mecânicas da cidade e da sua área de influência.

Entre os produtos alimentares importados pelo Porto, destacaram-se os cereais, principalmente o trigo oriundo de Londres, muito embora tenhamos contado 24 portos estrangeiros a que se somam os das ilhas dos Açores que funcionaram como abastecedores deste cereal à cidade. A cevada, na sua maioria proveniente também da capital britânica, secunda o trigo. Seguem-se-lhe o arroz da Carolina, o centeio, o milho e os cereais já transformados em farinha ou em biscoito, destinados ao aprovisionamento dos muitas embarcações que demandavam os cais portuenses.

O peixe e muito particularmente o bacalhau representou importante fatia dos produtos alimentares importados pela cidade cuja venda a retalho mereceu atenção particular da edilidade. Mercadoria essencial na dieta portuense de setecentos, foi mais um negócio em mãos inglesas, sendo muito diminuta a participação dos mercadores nacionais na importação deste pescado. Para melhor se avaliar a dimensão deste quase monopólio comercial britânico, basta lembrar que dos 817 navios recenseados com carga de bacalhau, 804 vieram consignados a mercadores ingleses do Porto, especializados também no trato do salmão e do arenque fumados que a cidade consumia.

Os lacticínios seguiram em ordem de grandeza a importação de peixe. Sobressai o

⁴ AHMP – *Visitas de Saúde*, lv. s 442 a 467.

queijo flamengo, com origem nos portos holandeses de Amsterdão e Roterdão, seguindo-se o queijo da Irlanda, país de origem da maioria dos navios que transportaram carga de man-teiga. A cidade enquanto grande centro de negócios vinícolas registou regular afluxo de vin-hos e aguardentes provenientes de múltiplas regiões produtoras nacionais, mas também de portos estrangeiros, particularmente dos do sul da Península como Málaga, Cádiz e Porto de Santa Maria e até das Canárias. Tais importações resultavam sobretudo da forte ligação a essas praças vinícolas por parte dos britânicos do Porto. De resto, ficou-nos a convicção de que a necessidade de abastecerem regularmente as suas embarcações conduziu a que tomassem também em suas mãos o negócio da importação de carnes secas e salgadas.

No que se refere aos principais parceiros comerciais da cidade, Londres apresenta-se como o mais importante. O ritmo do trato entre o Porto e a capital inglesa variou em função das importações vinícolas e fazia chegar à cidade sobretudo aduelas, cereais, produ-tos manufacturados e ferro. Entre os portos ingleses, destacam-se ainda as ligações do Porto com os portos pesqueiros da Terra Nova, responsáveis pelo fornecimento de bacalhau e outro pescado que o Porto consumia e distribuía pela sua vasta área de influência. Sobressaem ainda as ligações com o porto de Topsham no sul da Inglaterra que basicamente fornecia à cidade os mesmos produtos que a capital. Southampton enviava sobretudo car-regamentos de fazendas de lã. De Hull, vinha mais aduela e pela facilidade de contacto entre este porto britânico com os portos nórdicos, chegavam ainda madeiras, prumos, tabuados e algum ferro. De Plymouth, o Porto recebia sobretudo sardinhas, outro peixe essencial na dieta alimentar dos portuenses da época.

Dublin, fornecia produtos lácteos e carnes e Lynn, no outro lado do Atlântico, fazia chegar aduelas e cereais aos cais da ribeira do Porto.

De entre os portos franceses, Baiona e Bordéus foram os que mantiveram relações de comércio mais intensas com o Porto. Do primeiro veio sobretudo breu e alcatrão e do segundo para lá destes materiais, as resinas.

Ressuma da documentação compulsada uma forte relação da cidade do Porto com Vigo⁵. Contudo, também pela mão dos ingleses, chegaram à cidade alguns barcos prove-nientes de outros portos espanhóis, sobretudo da Andaluzia, que deixavam parte ou a tota-lidade das suas cargas na cidade.

Hamburgo assumiu um importante papel nas trocas comerciais do Porto. Aduelas, ferro e linho foram as importações mais frequentes nos navios oriundos da cidade alemã que no retorno carregavam os produtos acostumados da exportação do Porto com destaque para os vinhos, produtos coloniais (sobretudo o açúcar) os azeites do Douro, frutos secos da mesma proveniência e sumagre. Não nos ficaram dúvidas acerca do franco crescimento das trocas com este porto alemão entre 1704 e 1747, fruto da dimensão internacional da ac-tividade dos ingleses fixados no Porto, também responsáveis pelo desenrolar das trocas com o porto polaco de Danzig, hoje Gdansk.

Peso igualmente importante nas trocas comerciais da cidade coube ao porto holandês de Amsterdão que fornecia regularmente ferro, aduela e queijos. No primeiro plano do domínio deste comércio estiveram os mercadores flamengos radicados na cidade, seguidos dos alemães de Hamburgo.

Dos contactos com a Itália sobressai o porto de Génova, com o qual também os britânicos do Porto mantinham fortes relações de comércio.

⁵ Já conhecida em ensaios anteriores. SILVA, 1984 e SILVA, CARDOSO, 1997.

Já no que diz respeito a portos nacionais, à frente esteve naturalmente Lisboa, armazém de múltiplas mercadorias. Também neste caso o trato coube em grande parte aos ingleses que aí se abasteciam, complementando as cargas de muitos dos seus navios que tocavam os cais do Tejo antes de se fazerem ao estuário do Douro. Viana do Lima, Figueira da Foz, os portos açoreanos e as capitánias do Brasil, tiveram igualmente papel de relevo nas trocas do Porto com o exterior. A posição britânica foi aqui mais uma vez dominante, com excepção dos portos coloniais onde, por imperativo dos tratados luso-britânicos (1654) viam limitada a sua actividade. Nos contactos do Porto com os portos das colónias, destacam-se pela sua valia económica os produtos importados dos portos brasileiros, açúcar, couros, madeiras e o trato negreiro.

Todo o movimento comercial com o exterior que, sucintamente descrevemos, foi em primeiro lugar da responsabilidade dos 125 mercadores ingleses do Porto a quem veio consignada a maioria esmagadora dos navios que entraram a barra do Douro. Os 116 mercadores portugueses que recensamos como envolvidos no trato exterior do Porto estavam sobretudo ancorados ao mercado brasileiro, sendo de 11 a expressão numérica das firmas hamburguesas, holandesas, apenas 9 e francesas, somente 4, um claro indicador da preponderância inglesa nos negócios do Porto da época. O móbil de todo este envolvimento, comprovamo-lo, o comércio dos vinhos, com destaque para os do Douro.

Queremos contudo alertar para o facto de nem todas as firmas cuja actividade nos apareceu documentada no comércio exterior da cidade negociarem em vinhos. Algumas houve que não encontraram aí a mercadoria âncora do seu negócio. Assim aconteceu com as casas francesas, ou com algumas firmas de grandes mercadores hamburgueses como os Berqunhaut, Pedro Henckell & C.^a e os Köpke. Ou ainda, com algumas grandes casas holandesas como a de Octávio Luís Damque & C.^a. Mesmo entre os britânicos houve quem não fizesse centrar os seus negócios em vinhos do Porto. Foi o caso da Burmester, James & Gernes, firma precursora da Brumester Nash & C.^o que, só a partir de 1750, parece ter iniciado actividade comercial ligada ao trato dos vinhos.

Também entre os mercadores nacionais, alguns houve que, apesar da sua forte vertente mercantil externa, como Vicente Pedro & C.^a, tiveram uma ténue ligação ao negócio vinícola.

Porém, não nos ficaram dúvidas sobre a relação directa entre o aumento da actividade comercial externa da cidade e o crescimento das exportações de vinhos do Douro entre 1700 e 1756.

II. OS VINHOS NO PORTO

Os dados quantitativos que apuramos através dos livros da Imposição do Vinho, dão nota de um claro crescimento do sector comercial da agro-indústria dos vinhos. Esse aumento foi marcado por uma grande variação anual que explicamos pela flutuação das colheitas resultante de alterações climáticas a que uma reorganização constante de mercados abastecedores e de exportação não foi estranha.

Os números mostraram um faseamento do negócio dos vinhos no Porto. A taxa de crescimento médio anual das quantidades de vinho entradas no Porto entre 1700 e 1756, cifrou-se em 1,39%. Em média, entraram no Porto 30362 pipas de vinho por ano, sendo que o ano de maior movimento de vinhos declarados na Imposição do Porto foi o de 1753 - 46718 pipas, indicador de que o melhor ano de produção em terras durienses foi o de 1752.

Os dados encontrados induzem um franco crescimento do plantio da vinha ao longo de todo o período na principal região fornecedora, o Douro.

Foi possível observar também ciclos de intensidade variável no crescimento do trato de vinhos no Porto. Entre 1700 e 1708, ano em que pela primeira vez as entradas ultrapassaram as 20000 pipas, registou-se uma taxa de crescimento médio anual de 3,6%. Um segundo ciclo define-se a partir do refrear das implicações negativas da Guerra da Sucessão de Espanha em 1709 e estende-se até 1716, ano em que se ultrapassaram as 25000 pipas de vinho entradas na urbe. Neste segundo ciclo a taxa de crescimento médio anual foi de 3%. Entre 1717 e 1725, ano em que os números superaram as 35000 pipas de vinho entradas nos armazéns do Porto, registou-se a mais elevada taxa de crescimento médio anual 4,76%, índice que se mantém elevado, embora desça ligeiramente entre 1726 e 1741, ficando nos 3,96% ao ano. Outro ciclo, desenha-se entre 1742 e 1749 em que a taxa de crescimento médio anual já não ultrapassou os 0,29%, indicador que passa mesmo a um número negativo - 2,79% entre 1750 e 1756. Trata-se de um período difícil na história comercial dos vinhos no Porto que começa a desenhar-se já nos anos quarenta do século e atinge contornos preocupantes por volta de 1756, criando as condições para uma intervenção regulamentadora da estrutura produtiva e comercial dos vinhos do Douro através da criação da Companhia Pombalina. Conjuntura de crise entre 1742 e 1756? Pensamos que os números apurados não o confirmam claramente, antes indicam que, por volta dos anos quarenta, o sector atingiu o limite do crescimento acelerado registado nos ciclos precedentes. De resto, as quebras registadas no negócio em 1754, geralmente apontadas como indicador de forte crise, mais não foram do que os reflexos de uma conjuntura de abrandamento agravada pelo facto de no ano anterior se ter colocado em stock nos armazéns do Porto uma quantidade de pipas de vinho muito superior ao habitual, gerando-se dessa forma grande desentendimento entre produtores durienses e mercadores do Porto. As posições extremaram-se quando os primeiros, em 1754, quiseram colocar normalmente o produto da sua lavra anual num mercado saturado de vinhos.

O caudal de vinhos chegados ao Porto entre 1700 e 1756, foi alimentado sobretudo à custa das produções durienses que representaram 96% do total dos vinhos entrados na cidade, repartindo os restantes 4% os vinhos verdes de Viana, Monção e Caminha e das regiões limítrofes do Porto, bem como, entre outros, os maduros da Anadia, Covilhã, designados por "Serra da Estrela", vinhos da Figueira da Foz e de Lisboa. Tal variedade de vinhos nacionais mostrou-nos a cidade do Porto como pólo de atracção dos vinhos produzidos nas principais regiões vinícolas portuguesas de então.

Apuramos ainda que, inicialmente, foram os vinhos da ribeira limiana que interessaram os ingleses do Porto cuja entrada na cidade sofreu no entanto um certo decréscimo ao longo de todo o período. Os vinhos maduros da Bairrada e da Covilhã, alternaram quantitativamente com os de Lisboa na entrada na cidade até aos anos quarenta do século. A partir daqui, estes foram claramente preteridos a favor dos primeiros. Se esta mudança pode encontrar explicação nas dificuldades de transporte de vinhos de Lisboa, resultantes da instabilidade gerada pela Guerra da Sucessão de Áustria (estes vinhos vinham normalmente por mar) a verdade é que, se o seu fim era a mistura com os vinhos do Douro, será lícito interrogarmo-nos se a opção a partir dessa altura pelos vinhos do centro do país, em detrimento dos de Lisboa, não terá tido efeitos nefastos sobre a preparação dos vinhos do Douro de exportação, vulgo vinhos de Feitoria, com a consequente quebra de qualidade. Contribuiu esta mudança para o emergir da crise de 1754? fica a interrogação.

III. O COMÉRCIO DE VINHOS NA CIDADE: PREÇOS AO CONSUMIDOR; PRÁTICAS COMERCIAIS; PRIVILÉGIOS FISCAIS; TABERNAS E CONSUMOS

Ficou para nós muito claro que foram os ingleses do Porto quem dominou de forma quase absoluta o negócio de vinhos no Porto. O seu controle mede-se no facto de manifestarem anualmente volumes de vinho sempre acima do dobro dos que eram manifestados na Imposição do Porto pelo conjunto dos mercadores nacionais.

Como sabemos, a sociedade setecentista foi sulcada pela marca do privilégio. Ora, utilizando nós sobretudo fontes fiscais preocupamo-nos em saber quem ficava à margem de tais obrigações. De facto, nem todos os vinhos de que falamos pagavam direitos fiscais. Se tais isenções variaram em função da categoria social e do privilégio dos manifestantes, com direito a registo próprio nos Livros da Imposição, que, este sim, era obrigatório para todos, abriu-se-nos uma porta para tentar conhecer os privilegiados, a origem dos seus privilégios e partir para o conhecimento do seu empenhamento no trato. Conseguimo-lo particularmente no que diz respeito às casas religiosas da cidade e dos arredores.

Constatamos que algumas das comunidades estabelecidas no Porto para além de vinhos destinados ao consumo próprio das suas casas, dedicavam-se também ao comércio. Os Padres Lóios, os Jesuítas do Colégio, os Padres de São João Novo, os Carmelitas Descalços e os Oratorianos do Porto, contam-se entre as religiões da urbe que possuíam produções próprias no Douro e que colocaram os excedentes no mercado vinícola portuense e até nos mercados exteriores. Outras casas houve que se limitaram a meter vinhos apenas para o seu gasto, variando os quantitativos em função da população monástica que albergaram. Foram os casos do Convento de São Domingos, dos Agostinhos da Serra do Pilar, dos Franciscanos, dos Monges Negros da Vitória, das freiras da Porta de Carros e dos conventos de Santo António do Vale da Piedade, Corpus Christi, dos Agostinhos Descalços e dos Padres de São João da Foz.

E dos consumos no Porto, que números obtivemos? Apuramos que o Porto consumiu em média anual 11476, 9 pipas de vinho. As exportações crescentes entre 1716 e 1725, fizeram diminuir as quantidades de vinhos disponíveis para consumo na cidade, verificando-se o contrário a partir de 1740. Apesar de a maior expressão dos negócios dos britânicos do Porto se situar no capítulo da exportação, foram também eles a dar resposta ao crescente consumo interno de vinhos na cidade, tendência que se desenha sobretudo a partir de 1729-1730, mas situação mais notória a partir de 1741, altura em que, como já referimos, o mercado exterior começou a dar sinais de alguma saturação.

O exercício do comércio de vinhos aquartilhados, pela sua importância, requereu intervenção cuidada da edilidade através da acção dos Almotacés. Tal papel culminou em 1755 com a fixação do número e localização das 95 tabernas que deveriam fornecer vinhos de *vintém* e de *quinze* ao povo portuense, estrategicamente distribuídas pelas ruas da cidade. Aí bebiam-se distintos tipos de vinho que a documentação designa por “maduros finos”, “maduros inferiores” e “verdes”, que não deveriam estar disponíveis no mesmo estabelecimento a fim de se evitar a forte tentação das misturas e facilitar o trabalho fiscalizador dos Almotacés.

Os preços de venda ao consumidor praticados na cidade eram também distintos e fixados mais do que uma vez por ano. Sobretudo nos meses de Novembro e Dezembro, menos vezes nos meses de Junho e Julho, os preços eram alvo de revisão, sempre em consonância com a flutuação anual da abundância ou míngua de vinhos nos armazéns da cidade e nas adegas do Douro que praticavam preços de venda por junto cuja variação era

ditada pela oscilação anual das produções e das condições mais ou menos favoráveis de penetração dos vinhos do Porto nos mercados exteriores.

O maduro do Douro variou entre os 8 e os 25 réis o quartilho, tratando-se do “bom e fino” e o “mais ou menos” entre 10 e 14 réis o quartilho. Quanto aos verdes de origem muito diversa, constatamos que a sua variação de preço não foi muitas vezes coincidente com a flutuação do preço dos maduros, indicador de que a especificidade climática com reflexos na produção de uns e de outros, ditou níveis de produção anuais distintos nas regiões do vinho verde, sobretudo o Entre-Douro e Minho e a do Douro, onde se produziam a maioria dos vinhos maduros que o Porto consumia. Igual preocupação regulamentadora surge na documentação municipal portuense para preços a praticar na venda dos derivados do vinho. O vinagre vendeu-se entre 4 e 6 réis o quartilho até 1723 e a partir deste ano e até 1756 acompanhou a subida do preço dos vinhos em geral, aproximando-se do preço dos vinhos verdes já que o custo de cada quartilho passou a variar entre os 8 e os 15 réis. O vinho verde vendeu-se entre os 5 e os 15 réis o quartilho.

A fixação do preço das aguardentes não parece ter constituído grande preocupação da edilidade, pelo menos até 1718. 30 réis por quartilho foi o preço mais frequente desde aquele ano e até 1726 que, no caso da aguardente fina, passou a 40 réis o quartilho, atingindo em 1731 os 100 réis pela mesma unidade de medida. Registamos outras subidas no preço da aguardente fina, que contrastam com a diminuição do preço da aguardente inferior (de bagaço) a partir de 1730 e até final do período. É evidente que há aqui um claro acompanhamento da subida do preço do vinho de queima e por certo um indicador claro da utilização mais intensiva da aguardente fina para beneficiar vinhos. A abundância de aguardente de bagaço que directamente resulta do aumento da produção de vinhos maduros na região duriense, justifica a descida nos preços das aguardentes inferiores.

Ficamos também com a convicção de que, apesar de actividade regular, a fixação dos preços não foi tarefa pacífica entre os agentes envolvidos, antes provocou acesas discussões na Câmara que, vimo-lo também, reflectem diferentes interesses e sensibilidades. Outras vezes animou as discussões da vereação portuense o quebrar das regras que os próprios regulamentos camarários impunham.

Cientes da dificuldade e dos riscos que se podem correr ao avaliar índices de produção através dos indicadores comerciais e da variação dos preços ao consumidor, face à ausência de informação global relativa às produções durienses anteriores a 1777, lançamos mão dos informes recolhidos no que toca aos preços do vinho maduro praticados na cidade cotejando a sua variação com a flutuação dos quantitativos em circulação, de modo a traçarmos um quadro evolutivo anual da produção entre 1700 e 1756, caracterizando os diversos anos segundo os dados apurados como anos de boa produção, de produção normal ou de quebra na produção⁶.

IV. VINHOS QUE SAÍAM PARA FORA

Apurámos também que boa parte dos vinhos entrados no Porto foi exportada para as cercanias da cidade, para o Brasil e portos do norte da Europa. O mercado exportador foi dominado pelos mercadores ingleses a grande distância dos nacionais e dos estrangeiros de

⁶ Os aspectos mencionados no ponto III foram estudados a partir da conjugação dos dados colhidos em AHMP – *Imposição do Vinho*, lv.s 1319 a 1370, com os fornecidos por AHMP – *Verações*, lv. s 65 a 83.

outras nacionalidades. Aos britânicos esteve entregue sobretudo a exportação para os portos do Norte. Já aos mercadores nacionais coube o mercado brasileiro, embora alguns tenham exportado também com destino aos portos ingleses mas sem pretensões concorrenciais com os britânicos já que foram modestas as suas participações nesse sector do mercado. Somente a partir de 1754 os mercadores portugueses lograram aproximar-se em volume de negócios dos mercadores ingleses no capítulo das exportações, isto é, numa altura em que, como vimos já, estes viram restringir-se-lhe os mercados. Contudo, na fase de arranque das exportações que se seguiu à paz de Utreque (1715) nota-se uma tendência de aproveitamento das boas condições do negócio exterior por parte dos mercadores portugueses que querem seguir o exemplo inglês. Na impossibilidade de com eles poderem competir em cabedais, acabam acantonados ao mercado interno e ao mercado brasileiro onde os britânicos não podiam intervir directamente no trato vinícola, por força dos já citados acordos luso-britânicos.

Os mercadores holandeses também procuraram sucesso no negócio de exportação dos vinhos no Porto contudo só o conseguiram até 1737, ano a partir do qual se esbate o seu papel no trato. Já os hamburgueses do Porto, embora apresentem uma expressão quantitativa de exportação de vinhos muito inferior à dos ingleses e menor que a dos holandeses, mantiveram-se activos no negócio externo dos vinhos, comércio importante já que saíram da cidade, em média anual, 17655 pipas de vinho, entre 1700 e 1756.

V. A DERROTA DO “CLARET” BORDALÊS – A ERA DO “VINHO DO PORTO”

Percebe-se pelo papel preponderante dos ingleses no negócio dos vinhos no Porto que lhes coube também uma intervenção profunda na caminhada experimental que conduziu à produção do “vinho do Porto”, entendendo aqui a expressão no sentido da identidade dos vinhos doces aguardentados e aromáticos hoje apreciados em todo o mundo. De facto, o interesse dos ingleses pelo vinho regista-se desde muito cedo e cresceu em relação directa com o insucesso nas tentativas de produzirem nas suas terras vinhos de qualidade. Tal circunstância levou-os a procurar vinhos um pouco por toda a parte. A história do vinho na Grã Bretanha dá nota de que, a par do precoce gosto pelo vinho bordalês ditado pela proximidade com a região produtora, logo a partir do século XI, no mercado inglês, concorriam com os vinhos de Bordéus, vinhos doces alemães e do Levante que abriram portas à penetração dos primeiros vinhos peninsulares com idênticas características, os “sweet wines”. Nos séculos XV e XVI, vinhos de outras regiões produtoras de França entram em Inglaterra a par dos vinhos da Alsácia, do Alto Reno e dos vinhos austríacos. Os Tokay húngaros eram já bebidos na Inglaterra de finais do século XVI. O mesmo sucedeu com os vinhos espanhóis produzidos em Cádiz e Porto de Santa Maria, secundados por imitações vinificadas nas Canárias e mesmo em Portugal. Seria no entanto o século XVII a marcar definitivamente o gosto britânico pelos bons vinhos do mundo. Nessa altura os ingleses, sem deixarem de apreciar os vinhos de Bordéus, começam a consumir os “sack” designação indistintamente aplicada a vinhos portugueses e espanhóis, fortes e doces⁷.

A robusta ligação entre Portugal e a Inglaterra que se começou a desenhar ainda em tempos medievais, fomentou um interesse comercial recíproco que envolveu mercadores do Porto e mercadores dos portos do sul das Ilhas Britânicas que culminou com o estabelecimento de

⁷ FRANCIS, 1972. SIMON, 1964. SIMON, 1967.

uma forte comunidade inglesa na cidade em torno dos lucros do comércio do açúcar do Brasil, dos produtos durienses, com destaque para vinhos, azeites, frutas e sumagre. Nos finais do século XVII, nomeadamente o açúcar do Brasil, sofre forte concorrência ditada pelo mais baixo preço de igual mercadoria produzida nas colónias inglesas. Essa circunstância obrigou os britânicos do Porto a mudarem de produto âncora do seu trato com o Porto, elegem então os vinhos como esteio em que fizeram assentar o volume de trocas a que já aludimos.

Na transição do século XVII para o século XVIII, comprovamo-lo, a Inglaterra consumia um diversificado leque de vinhos franceses, italianos, espanhóis do Marco do Jerez, Málaga e Canárias, vinhos alemães e turcos e os portugueses da Madeira e do Douro já sob a designação de “wine Port” (1699), mantendo assim a tradição de consumir vinhos de diferentes qualidades e de proveniências as mais diversas. Os activos mercadores britânicos procuravam pois fazer chegar ao consumidor os tipos de vinho que este não dispensava, pelo hábito de beber ou em função do estatuto social que ostentava. As condições do mercado inglês para a penetração em força dos vinhos do Porto, se nos reportarmos à concorrência, não eram assim muito favoráveis. Valeram-lhe as condições político-militares internacionais de finais do século XVII e inícios do século XVIII, que funcionaram como alavanca para a entrada dos vinhos do Douro no mercado britânico. Se o Tratado de Methuen (1703) consolidou a afirmação futura de tais vinhos naquele mercado, a sua importância é por vezes avolumada sem justificação. De facto, se atentarmos na beligerância com os países seus tradicionais fornecedores, os ingleses na fase de arranque do negócio da extração de vinhos do Porto para as Ilhas britânicas (1700-1712) não tinham onde comprar vinhos senão em contrabando, ou então em Portugal e assim aconteceu, como provamos. Os reflexos que a estabilidade dos mercados sempre tem na fixação dos hábitos do consumidor fomentaram a substituição do “claret” bordalês pelo “Port Wine” em Inglaterra, processo que decorre entre 1698 e 1715. Qualidade associada à regularidade no abastecimento foram decisivos na entrada fulgurante dos vinhos do Douro no mercado britânico.⁸

VI. O CRESCIMENTO DA FEITORIA INGLESA DO PORTO

Robusteceu-se a “Feitoria inglesa do vinho”, assim classificamos o grémio inglês do Porto, já que, ao contrário de outras feitorias britânicas esta fez assentar quase todos os seus negócios num único produto, o vinho do Douro. Favorecida pela coroa portuguesa de múltiplos privilégios, em 1711 dispunha já dos meios financeiros que lhe permitiram adquirir edifícios próprios na Rua Nova, onde nos finais do século XVIII, John Whitehead, mandou edificar as instalações definitivas que ainda hoje albergam a instituição seiscentista. Contudo de início, a prosperidade da comunidade inglesa não foi nada fácil. O problema da religião, a hostilidade dos agentes económicos locais, o excessivo zelo dos homens da alfindega portuense não foram contudo suficientes para travar as viagens dos mercadores ingleses ao “País do Vinho” a fim de aferirem a qualidade e os preços dos primeiros vinhos que fizeram carregar para Inglaterra. O relato de Charles Woodmass (1704)⁹ é elucidativo da perseverança da Feitoria Inglesa do Porto. Depressa este grémio passou a albergar a comunidade mais poderosa da cidade, sob o ponto de vista económico.

O número de ingleses radicados no Porto confirma-o. Recenseamos entre 1700 e 1756,

⁸ Aspectos estudados com base em informações colhidas no Public Record Office – PRO - CUST-2, p. 3 a 10.

⁹ SELLERS, 1899: 21.

153 ingleses a operar na praça portuense, em nome individual ou associados em Companhias comerciais. Entre 1700 e 1715, em média anual, 12 mercadores britânicos, asseguraram os negócios de vinhos no Porto. Entre 1716 e 1723, esse número elevou-se para 22. Entre 1724 e 1740 sobe para 27 e entre 1741 e 1750 são já 32 as firmas a operarem no Porto em torno do mesmo negócio. A partir de 1751, constatamos uma redução para 28 mercadores agremiados na Feitoria. O crescimento e retracção da comunidade inglesa do Porto acompanharam claramente a evolução do sector vinícola.

A exportação de vinhos, já o dissemos, constituiu a sua principal tarefa. Nesta primeira metade do século XVIII, a análise comparativa entre os indicadores anuais de compra e exportação de vinhos por parte dos ingleses do Porto mostrou que não tiveram a preocupação de criar grandes stocks de vinho nos seus armazéns. Ao contrário, verificou-se uma quase correspondência que em números médios anuais dá uma relação de 17470 pipas adquiridas para 16414 exportadas. Ainda em valores médios, ao longo de todo o período, em depósito nos armazéns ingleses do Porto não ficaram mais do que 1014 pipas de vinho. Estes números deixam claro aquilo que ficou explícito numa carta sobre a decadência dos vinhos de Feitoria que o Cônsul inglês, Robert Jackson dirigiu, em 1756, ao Rei D. José I: até aos anos 40 da século XVIII, os vinhos comercializados pelos britânicos não eram envelhecidos no Porto mas no destino de consumo o que de resto torna compreensível que os de inferior qualidade, quando bem preparados (entenda-se fortificados e misturados com as mais variados produtos) passassem, sem evidenciarem dano, nas alfândegas do Porto, *derrancando* pouco tempo depois de estanciarem no destino. É aliás na sequência desta realidade que a partir dos anos 50 do século XVIII, começam a ser pedidos e só aceites pelos comissários londrinos e de outros portos de destino os vinhos do Porto velhos, isto é depois de a sua valia qualitativa ter ultrapassado a prova do tempo, o mesmo é dizer, de se terem transformado em generosos.

O recurso ao método comparativo para minorar as deficiências da construção de estatísticas para análise da evolução do sector da exportação vinícola portuense, numa época pré-estatística, revelou-se indispensável. Através dessa via comprovamos a valia da fonte que utilizamos e fizemos aportar à história económica dos vinhos do Porto, mais um dado novo: O dos números da exportação de vinhos por parte dos ingleses do Porto para todos os portos, que não apenas para os de Inglaterra, estes conhecidos desde o século XIX, a fazer fé nos dados publicados por Guerner¹⁰. Do diferencial foi possível constatar que as quantidades que as firmas inglesas remetiam do Porto directamente para outros destinos não foram significativas e só adquiriram alguma expressão a partir de 1739 na medida exacta em que mirravam as importações pelo porto de Londres. Constatamos também que as importações de vinho do Porto pela capital britânica, acompanharam a evolução do quadro geral do sector até inícios dos anos 30 do século. A partir daí, nota-se um certo decréscimo nas importações londrinas, compensado pelas importações através de outros portos da Ilhas britânicas que, a partir de 1752, igualam e por vezes ultrapassam mesmo as descargas de vinhos do Porto nos cais londrinos. Fica claro que o exigente mercado da capital britânica foi o primeiro a acusar alguma perda de qualidade aos vinhos do Douro, funcionando o crescimento das importações por parte dos outros portos ingleses como compensação de tais perdas.

¹⁰ GUERNER, 1814.

VII. O PESO DOS VINHOS DO PORTO NAS CONTAS DE PORTUGAL COM O EXTERIOR

Influente produto no equilíbrio das contas portuguesas com o nosso maior parceiro comercial, a Inglaterra, os vinhos do Porto não conseguiram contudo construir um efectivo equilíbrio nessas contas. De que o seu peso foi significativo, não ficaram dúvidas, mas a ausência de informes sobre a evolução do preço dos vinhos do Porto à entrada das alfândegas inglesas não nos permitiu que chegássemos à quantificação. Já os números relativos às taxas alfandegárias sobre os vinhos que entraram no porto de Londres e nos restantes portos da Grã-Bretanha, com excepção dos da Irlanda, fizeram-nos perceber que a estabilidade dessa carga fiscal facilitou a penetração dos nossos vinhos nesses mercados e permitiu que encontrássemos dados objectivos para se poder medir a importância da fiscalidade sobre os vinhos do Porto para as finanças públicas inglesas da primeira metade do século XVIII.¹¹ Tornamos públicos dados quantitativos exactos sobre a relação das contas exteriores com a Inglaterra (1700-1756), apurando, ano a ano, os respectivos défices.

VIII. OS “SENHORES DO VINHO DO PORTO”

Um capítulo necessariamente descritivo mas essencial no nosso trabalho reporta-se aos protagonistas da agro-indústria e comércio dos vinhos do Porto entre 1700 e 1756. Nele inventariamos de forma sistemática todos os agentes nacionais e estrangeiros envolvidos no trato vinícola e mais do que dar a conhecer os seus nomes, os nomes das firmas que foram constituindo, procuramos avaliar individualmente o seu peso comercial na praça portuense, tomando em linha de conta a expressão do seu volume de negócios em torno dos vinhos mas também de outras mercadorias, face ao seu envolvimento no trato exterior da cidade.

De entre as 153 firmas inglesas que ao longo de todo o período desenvolveram actividade no Porto, reconstituímos o percurso das que tiveram maior significado e protagonismo, seguindo primeiro as pistas deixadas por Charles Sellers em finais do século XIX¹². Apuramos dados sobre a firma de Peter Dowker (1691-1756), sobre os precursores da casa Croft (1607-1756), sobre os Jackson (1710-1756), acerca dos Clarck e da casa Warre (1718-1756), sobre as origens da Taylor's (1720-1756), acerca dos fundadores da Offley (1719-1756), sobre os pioneiros da futura Noble & Murat (1700-1756), sobre a sociedade Caulet, Clarmont & Vincent (1723-1756), sobre os Allen e os vinhos do Porto (1726-1756), sobre a firma Prust & Swarbreck (1733-1756) e sobre as companhias Tidswell, Fryer & Helmes (1746-1756) e de Thomas Dawsão (1752-1756). Trata-se das principais casas comerciais britânicas às quais estiveram ligados a maioria dos grandes mercadores ingleses cujos manifestos anuais apuramos nos livros da Imposição do Vinho e cujo trato com o exterior nos apareceu documentado nos Livros de Visitas de Saúde às embarcações entradas na barra do Porto.

Todas estas firmas apresentam, sem excepção, uma dimensão comercial à escala multinacional. Através do conhecimento dos principais portos de onde receberam mercadorias consignadas, fomos percebendo que os seus interesses não se limitavam ao Porto, nem aos vinhos que a cidade oferecia. Estes constituíam sem dúvida uma mercadoria importante na sua estratégia de negócios mas eram apenas mais um dos produtos em que faziam assentar

¹¹ Utilizamos os dados quantitativos colhidos em fontes fiscais portuguesas, AHMP - *Imposição do Vinho*, lv. s 1319 a 1370 e em fontes do Public Record Office - PRO. CUST - 3611.

¹² SELLERS, 1899.

o comércio multinacional que desenvolviam. Evidentemente que lhes cabia um maior pendendor comercial com os portos ingleses mas, tinham representação de interesses para além da cidade do Porto, nos portos nacionais mais importantes com destaque para Lisboa e perfeitamente identificada ficou a presença destas firmas noutras mercados vinícolas como Cádiz, Porto de Santa Maria e Málaga em Espanha, ou em alguns portos italianos de grande importância como Génova ou Veneza. Os portos do Báltico conheceram igualmente a sua presença. Nos mapas em que fomos cartografando os seus interesses comerciais, percebe-se também um forte interesse da maioria destas firmas nos mercados coloniais ingleses da América do Norte. Os portos da Terra Nova, eram dos mais visitados pelos navios fretados por estas casas comerciais, com vista ao transporte para o continente europeu e para a cidade do Porto de grandes quantidades de bacalhau. De caminho, não descuraram o trato e o apoio das ilhas portuguesas do Atlântico.

Falar de especialização no comércio do século XVIII é talvez exagerado. Contudo não nos restam dúvidas de que estas casas comerciais inglesas a operar no negócio vinícola elegeram produtos âncora para manter o seu trato na cidade. Embora tenham feito chegar ao Porto múltiplos produtos, por exemplo, os precursores da Warre, da Taylor's, da Offley, os Allen e a firma Prust & Swarbreck, fizeram assentar os seus negócios sobretudo nos cereais. Com a firma Caultlet, Clarmont & Vincent, aconteceu o mesmo, pelo menos até 1741, voltando-se a partir daí para o trato do bacalhau, outro dos negócios âncora de muitos mercadores ingleses radicados no Porto. Por exemplo, os fundadores da Croft, os Jackson os precursores da Noble & Muratt, elegeram-no como produto principal das suas importações. Os têxteis e as manufacturas várias, escondidas sob a designação de “fardos de fazendas secas”, as aduelas, o ferro, o carvão tiveram ainda alguma expressão nas importações das firmas britânicas.

Comparando movimentos médios anuais destas firmas na Imposição do Porto, pode dizer-se que as de maior envergadura comercial foram a que Peter Dowker fundou ainda em finais do século XVII, com manifestos de 1107,5 pipas/ano, a casa Warre com médias de 1203,5 pipas/ano que ao tempo de William Warre chegou a manifestar 4958 pipas de vinho (1754) e os Bearsley, fundadores da Taylor's, que apresentaram médias anuais de manifesto de 1505 pipas e num só ano (1743) também se aproximaram das 5000 pipas.

Quase todas as grandes casas comerciais britânicas se envolveram no trato de vinhos de outras regiões vinícolas nacionais. Os vinhos de Viana prenderam o interesse das casas mais antigas fundadas na cidade, Peter Dowker, Benjamin Thilden e Richard Thompson da Croft e ainda os cônsules David e Robert Jackson. Os fundadores da Offley, compraram sobretudo vinhos de Lisboa e da Covilhã que, vimo-lo já, chegavam à cidade sob a designação “Serra da Estrela”. O mesmo sucedeu com a firma Caulet, Clarmont & Vincent.

Constatamos também que o empenhamento das principais casas inglesas na venda de vinhos para consumo interno no Porto foi muito diminuto, raras vezes ultrapassando 6% do volume dos vinhos que manifestavam. De resto, apuramos que os vinhos que colocavam no mercado para venda nas tabernas da cidade era vinho de inferior qualidade, o chamado *vinho de refugo*, ou seja vinho que pela sua composição não tinha resistência para ser exportado rumo aos mercados exteriores, ou ainda os vinhos *derrancados* que vendiam para os alambiques a fim de produzirem aguardente.

Para além das firmas identificadas por Sellers, as fontes que utilizamos permitiram-nos reconhecer outras grandes casas comerciais que o autor inglês não referenciou na sua obra. Simão Nutte (1710-1756), Jonh Stevenson (1702-1734), George Bullimore (1710-1735),

William Pawson & C.^a (1731-1756), Samuel Withe & C.^a (1729-1750), Raimundo Ritte & C.^a (1702-1727), William Young & C.^a (1729-1753), Richard Aylward e Pedro Arcediago (1700-1717), William Montgomery (1706-1724), Francis Milner e Simão Cleeve (1722-1739), William Smith (1734-1753), George Hammond & C.^a (1710-1726), Adam Sandert & C.^a (1738-1756), Duncalf & Foster (1708-1719), Daniel Richard (1730-1743), Diogo Archibald (1742-1756) e Diogo Archer (1718-1733).

De todas estas firmas, a que mais tempo se manteve ligada no Porto ao trato vinícola foi a de Simão Nutte que se iniciou na casa do cônsul George Clarck, estabelecendo-se posteriormente na Rua Nova e mais tarde em Vila Nova, mantendo negócios com Manuel Rodrigues Braga, figura de primeiro plano do comércio de vinhos no Porto por volta de 1756. Com movimentos médios de 607 pipas/ano na Imposição do Porto, Simão Nutte dedicou-se sobretudo ao mercado exterior, negociando com vinhos do Douro. Como quase todas as casas inglesas, foi pouco expressiva a sua envolvimento no trato de vinhos para consumo na cidade e a sua galáxia comercial apresenta ligações aos mercados do Sul da Espanha e do Norte da Europa. Fazendas e panos ingleses foram as principais moedas de troca que utilizou no Porto.

De resto, as características gerais do posicionamento destas firmas britânicas menos conhecidas no mundo dos negócios do vinho no Porto da primeira metade do século XVIII são muito semelhantes às que conseguimos ler nas 12 firmas que Sellers identificou.

A maioria das casas inglesas do Porto mudaram frequentemente de sede ao longo do período que estudamos. O aumento dos seus negócios, a requerer maiores e mais amplos armazéns e a centralidade dos locais escolhidos favoreceram essa mobilidade. A maioria, vimo-lo, preferiu a Rua Nova, apelidada por isso “Rua Nova dos Ingleses” ou mais simplesmente “Rua dos Ingleses”. Aí residiram e tiveram *loge* 42% dos britânicos que recenseamos como negociantes de vinho. A Rua da Reboleira, as imediações de São Francisco, Miragaia e Vila Nova, seguiram-se em ordem de preferência. Gaia, apesar de ter registado uma crescente fixação de firmas inglesas, ela não ultrapassou 8,5% do total dos ingleses fixados no Porto. A área envolvente da Rua Nova e a artéria que D. João I mandou edificar, guardaram na época que estudamos os tesouros que o Douro vinhateiro fazia chegar à cidade através do rio. De resto, o processo de transferência dos armazéns de vinhos para a outra banda, correspondeu à necessidade do seu armazenamento para envelhecimento na cidade que, vimo-lo já, é prática corrente só a partir dos anos 40 do século.

Para além dos britânicos, em torno do negócio vinícola no Porto gravitaram algumas firmas hamburguesas. Dos 11 mercadores alemães que recenseamos, 9 dedicaram parte da sua actividade ao negócio dos vinhos. André Henrique Severim foi, de entre eles, quem mais se destacou pelo tempo de permanência no trato na praça portuense já que foram modestos os seus negócios de vinho. Em média anual comprou 107 pipas. Ancorou seu trato nos produtos tradicionais oriundos dos portos do Norte da Europa, linho, ferro e aduelas por isso Hamburgo e Estocolmo foram os portos com os quais manteve contactos mais frequentes. Mereceram também referência Abraham Tegge (1711-1723) que trabalhou com os Henckell, e com menor expressão no trato dos vinhos, Job e João Britim & C.^a (1711-1723), Frederic Van Dunque & C.^a (1724-1731), Paulo Guilherme Cruger (1739-1750) e Nicolau Henrique Giseque (1733-1737).

Identificamos ainda 12 mercadores de vinhos de nacionalidade holandesa. De entre eles sobressaíram as firmas Isaac Lostaw & C.^a e Diogo Heroult & C.^a (Diogo Eiro nos documentos) com médias anuais de manifesto de vinhos de 441 e 494 pipas, respectivamente.

Podemos considerar estes mercadores com uma dimensão de negócios que os perfila como concorrentes com algumas firmas inglesas radicadas na cidade e no negócio de vinhos. A primeira firma manteve-se no Porto 22 anos (1706-1733) e a segunda 18 anos (1713-1730) o que diz bem da solidez da implantação dos seus negócios cujo perfil não difere muito do das principais casas britânicas. Isto é, fortes ligações a mercadores portuenses como forma de através deles franquiarem as portas dos mercados coloniais, tirando o maior partido da mercancia que importavam. Também não negociavam com elevadas quantidades de vinhos de outras regiões para além da do Douro, embora no caso de Isaac Lostaw, 8,3% dos vinhos que meteu na cidade não tivessem origem no Douro, mas em Lisboa e na Anadia. As suas vendas para as tabernas da urbe andaram nos 6,7% do total de vinhos manifestados. Aduelas, ferro e holandilhas, ancoraram os seus negócios de importação na cidade. Diogo Heroult, manteve ligações comerciais com os ingleses Caulet Clarmont & Vincent e Raimundo Ritte & C.^a. Negociou no Porto sobretudo com papeis de Génova, ferro em barra e em arco e arroz, proveniente também do porto italiano.

Quanto aos franceses que identificamos a trabalhar na praça portuense, não manifestaram grande interesse pelo vinho. Contudo, Bernard Clamouse (Calamus nos documentos) comprou alguns vinhos, o mesmo sucedendo com Aleixo Alberto (1719-1730) e Luís Philipe & C.^a (1731-1737), este último chegou a adquirir em 1734, 377,5 pipas de vinho maduro do Douro.

De pouco significado foi também o papel dos mercadores italianos cuja presença na Imposição portuense assinalamos.¹³

IX. OS MERCADORES PORTUGUESES NO NEGÓCIO DOS VINHOS: A DIMENSÃO DAS SUAS COMPANHIAS; COMÉRCIO VINÍCOLA E ESTRATOS SOCIAIS

Como era de esperar, encontramos um número de mercadores nacionais que supera o do conjunto dos estrangeiros ligados ao trato dos vinhos do Porto, mas coube a estes últimos o volume mais elevado de negócios. Recenseamos 646 mercadores portugueses, ligados sobretudo ao abastecimento do mercado local, embora alguns dirigissem parcialmente a sua actividade à exportação para os portos do Norte da Europa e sobretudo para o Brasil. A este último mercado os negociantes portugueses reservaram 37% da totalidade dos vinhos que fizeram sair da cidade. Seguiram-se as remessas para os mercados circundantes da urbe, sobretudo para Gaia, Maia e São João da Foz (26%), para a capital (10%), e ainda para os portos do Norte 7%. Não conseguimos identificar o destino de 20% dos vinhos que manifestaram e declararam como vendido para fora. A significativa penetração no mercado brasileiro está ligada ao facto de os mercadores portugueses funcionarem como comissários de firmas inglesas, sem esquecer que os mercados das capitânias da colónia lhe estavam reservados no que se refere aos vinhos.

Quanto à dimensão do negócio dos mercadores portugueses, fica a certeza de que 53,4% deles não foram além, em média anual, das 50 pipas de vinho declaradas à Imposição e apenas 2,94% ultrapassaram as 300 pipas o que significa que apenas uma minoria insignificante conseguiu emparceirar com os negociantes estrangeiros de vinho e fazer alguma sombra às firmas inglesas de menor expressão comercial. Não pode falar-se sequer de concorrência.

¹³ Servimo-nos neste capítulo, entre outras, principalmente das fontes AHMP - AHMP - *Imposição do Vinho*, lv.s 1319 a 1370 e AHMP - *Visitas de Saúde*, lv. s 442 a 467.

Contudo, o envolvimento no negócio dos vinhos atraiu todos os grupos sociais. Referimos já o interesse directo das casas regulares mas, para além delas, muitos foram os clérigos que, em nome individual, manifestaram directa ou indirectamente vinhos na Imposição do Porto. Em geral, é certo, pequenas quantidades, mas também houve excepções em que o número médio de pipas anualmente declaradas e a permanência nos registos da Imposição em anos consecutivos, indicam claramente estarmos perante clérigos-mercadores. Acompanhamos pormenorizadamente os casos do Padre Doutor Manuel Coelho de Macedo, do Padre José Pereira Félix e do Padre Francisco Borges Ribeiro.

Muitos dos clérigos que recenseamos como manifestantes de vinhos à Imposição portuense eram moradores na região do Douro e a irregularidade dos seus manifestos indicia que vendiam directamente na origem as suas produções a intermediários, entrando posteriormente esses vinhos na cidade em nome dos compradores, casas exportadoras ou seus comissários.

Também a nobreza portuense não voltou as costas ao negócio dos vinhos, tanto mais que, uma boa parte das melhores terras de produção em Cima-Douro lhe pertenciam. António de Almeida Carvalhais e seu filho António de Almeida Galafura, Manuel e António de Freitas de Faria, Dom Bartolomeu de Noronha e Meneses, Gonçalo de Meireles Guedes, João da Cunha Osório Porto Carreiro, João de Figueiroa Pinto, os Beleza de Andrade e os Leite Pereira de Berredo, manifestaram vinhos na Imposição do Porto. Se alguns beneficiaram do privilégio de *cutelo* (isenção de impostos relativamente aos vinhos de sua lavra) por serem produtores no Douro, outros não nos foi possível confirmar tal posição. De qualquer forma fizeram entrar na cidade sobretudo vinhos de ramo, isto é, destinados ao consumo das tabernas já que, os vinhos de exportação que produziam eram vendidos na origem e registados em nome dos respectivos compradores na Imposição do Porto. Só assim se explica a diferença, para menos, entre o número de pipas que regularmente manifestavam e o número de pipas que o privilégio autorizava fizessem entrar anualmente na cidade, livres de impostos, por serem da sua produção.

O comércio em geral a que se associava também o trato dos vinhos, foi veículo de ascensão social. Nos pedidos de isenção para obter o hábito da Ordem de Cristo, conseguimos identificar 18 manifestantes de vinhos na Imposição do Porto. Na sua maioria não se dedicaram em exclusivo ao trato vinícola, mas ele esteve presente no desenvolvimento da actividade comercial que lhes permitia subir alguns degraus na escala social. Estudamos os casos de Manuel da Costa Guimarães, Bento Ribeiro Pereira, Domingos Luís da Rocha, Gastão Vieira de Brito, João Antunes Guimarães, Manuel Pinto de Azevedo e Miguel Pires Ribeiro.¹⁴

Entre o povo do Porto, no período que nos ocupou, não foram apenas os taberneiros, vendeiros e mercadores armazenistas especializados no comércio do vinho que o venderam aquartilhado. À semelhança do que sucedia no século XVII, independentemente da sua actividade principal, muitas pessoas aproveitaram os pequenos lucros da venda de vinhos por grosso ou aquartilhados. Alguns alfaiates, compraram e venderam vinhos e afiançaram os pagamentos à Imposição de mercadores de vinhos. O mesmo sucedeu com alguns ferreiros.

Se nestes casos foram modestos os volumes de negócio, diferente foi a posição dos ourives de ouro e de prata. Alguns mantiveram forte ligação ao mercado brasileiro como Domingos Vieira Pinto, José Gonçalves Guimarães ou Francisco Pinto Carneiro. Gente de cabedais que investia no próspero e lucrativo negócio do vinho do Porto, ou que obtinham

¹⁴ Neste capítulo utilizamos como fontes IAN/TT - *Habilitações à Ordem de Cristo-HOC*, Maços n.ºs 1, 2, 3, 4, 9, 11, 12, 13, 19, 35, 38, 43, 81, 90 e 98; AHMP - *Imposição do Vinho*, lv.s 1319 a 1370 e AHMP - *Vereações*, lv. s 65 a 83.

pela sua incursão no mercado brasileiro o metal precioso, matéria-prima do seu ofício? Não conhecemos a dimensão do contrabando do cobiçado metal brasileiro mas, numa altura de intensiva exploração, por certo ele não estava afastado. Certo é que para além dos casos de interesse directo no trato dos vinhos, muitos ourives do Porto também serviram como avaliadores dos pagamentos à Imposição de firmas inglesas e nacionais envolvidas no negócio vinícola.

Entre os mestris do Porto o grupo dos tanoeiros foi quem mais se envolveu e destacou na actividade comercial dos vinhos. Estes profissionais acompanharam o desenvolvimento do comércio vinícola na cidade ao qual a sua actividade era imprescindível, mas foram também mercadores de vinhos. Recenseamos 41 tanoeiros entre os manifestantes na Imposição do Porto. O seu maior envolvimento no negócio ocorreu sobretudo a partir dos anos 40 do século o que se pode explicar por até aí terem granjeado o capital necessário para um maior envolvimento no trato, mas também porque é nessa altura que os ingleses começam a abrandar as suas compras. Seja como for, coube-lhes destacado protagonismo no negócio vinícola consubstanciado nos volumes de negócio de Domingos da Costa (1708-1752) ou Manuel de Pinho (1717-1748) e pela sua longa entrega ao trato dos vinhos do Porto e, no segundo caso, com forte implantação nos mercados exteriores.

Face à dimensão das casas comerciais inglesas, definimos como tecto acima do qual consideramos grandes mercadores portuenses de vinho, aqueles que apresentaram manifestos médios anuais superiores a 300 pipas. Somente 13 mercadores o atingiram ou superaram. A maioria deles começou a sua actividade a partir de 1717 e exerceu-a entre esse ano e o ano de 1725, a denunciar que a existir alguma concorrência movida pelos mercadores portuenses aos ingleses entretanto instalados em força no negócio, ela decorreu na fase de arranque da exportação de vinhos do Porto. Contudo, os mercadores nacionais que lograram competir com os britânicos foram definitivamente ultrapassados por estes a partir da segunda fase de crescimento do sector vinícola no Porto.

Entre os grandes mercadores de nacionalidade portuguesa, destacaram-se logo no início do século, Manuel Pereira de Mesquita, da Porta Nova; O já citado tanoeiro Manuel de Pinho, com manifestos médios anuais de 351,9 pipas de vinho ao longo de 30 anos de actividade, exportador para o Brasil e portos do Norte; Gaspar Guedes Monteiro (1721-1724) com uma média anual de 390 pipas; André da Silva Veiga (1734-1744); Duarte Pereira de Eça (1734-1744); Bernardo Marques (1735-144) este com uma média de 602,9 pipas por ano, que manteve armazéns de negócio de outras mercadorias na Régua e funcionou como comissário de muitos produtores durienses; António José de Távora (1746-1756) também comissário, com médias anuais de 461,5 pipas; Pedro de Oliveira Ramos (1739-1756) e Silvestre Lopes Ribeiro (1752-1756).

Alguns dos manifestantes de nacionalidade portuguesa residentes na cidade do Porto foram simultaneamente produtores e comerciantes. O registo dos seus privilégios de cutelo permitiu-nos identificar alguns deles. Mais de 50% gozavam da isenção fiscal para 50 ou mais pipas de vinho. Recenseamos 27 residentes na cidade e produtores no Douro que, simultaneamente, manifestaram vinhos na Imposição do Porto. A grande maioria deles, vimo-lo através da comparação entre o número de pipas do seu privilégio e o número que manifestaram, também vendia os seus vinhos na origem e estes entravam no Porto em nome dos compradores.¹⁶

¹⁶ AHMP - *Imposição do Vinho*, lv. s 1319 a 1370.

X. OS “BRASILEIROS DO PORTO”

No quadro das exportações vinícolas a partir da cidade do Porto, o mercado brasileiro foi o mais importante logo a seguir ao conjunto dos portos britânicos e do norte da Europa. Entre 1700 e 1756, esse tão importante mercado para os vinhos do Porto cresceu a uma taxa média anual de 5% ao ano, isto é a um ritmo superior ao registado pelo negócio vinícola na praça portuense no mesmo período. A emigração em força de gentes do norte para a colónia numa altura em que a exploração aurífera conheceu tempos de franco progresso ajuda a explicar este aumento das exportações. De 1750 em diante, verifica-se no entanto algum decréscimo que acompanhou a remessa de vinhos do Porto para outros mercados. Vinhos maduros do Douro, é certo terem constituído o grosso das remessas para terras do Brasil, mas também para aí seguiu algum vinho verde a fim de satisfazer a preferência de uma clientela minoritária que não dispensava os *vinhos frescos*.

Directa ou indirectamente, os ingleses do Porto também se imiscuíram no trato de vinhos para o Brasil e entre 1748 e 1752 eram já 8 as firmas envolvidas nesses negócios. De resto, 29,4% das casas inglesas tinham interesses no mercado brasileiro.

Demos nota dos *brasileiros* do Porto, isto é, daqueles que pelo volume dos negócios que mantiveram com a colónia mereceram esse epíteto. Este mercado interessou mais de 1/3 dos manifestantes de nacionalidade portuguesa na Imposição do Porto e destes, mais de 1/3 enviou para cima de 100 pipas de vinho para a ex-colónia no decurso da sua actividade. Contudo, aferindo os movimentos de exportação média anual de cada mercador, somente um pequeno grupo de 22 logrou atingir a cifra de 50 pipas/ano enviadas para o Brasil.

Ficou claro tratar-se de um mercado que interessou sobretudo os pequenos negociantes que, a par do seu trato metropolitano, através dos seus correspondentes nos portos do Brasil, como comissários de estrangeiros, ou por sua conta e risco, obtinham ganhos interessantes na sua actividade, embora, como vimos, por este trato se tenham interessado também mercadores de dimensão comercial razoável.¹⁷

XI. VINHO E TRANSPORTES: OS CARREIROS DE VIANA E OS ARRAIS DO DOURO

No transporte dos vinhos que chegaram ao Porto, foram utilizadas sobretudo a via fluvial para os vinhos do Douro e dos vales do Tâmega ou produzidos nas zonas de Baião a Entre-os-Rios. Quanto aos das outras regiões as vias marítima e terrestre foram mais usadas. 56,9% dos vinhos de Viana chegaram ao Porto por via marítima, sobretudo transportados em lanchas. 35,5% vieram pela via terrestre transportados em carros de bois. De resto estes dois meios foram concorrentes.

Dispensamos ao rio Douro e ao transporte dos vinhos através dos rabelos atenção particular. Afinal estas embarcações foram responsáveis pela chegada da esmagadora maioria dos vinhos que o Porto consumiu e exportou. Via difícil, só vencida à custa da perícia dos timoneiros dos barcos especializados no transporte de vinhos. As cheias, a irregularidade do leito do rio, a remoção dos obstáculos colocados pela mão humana, tornaram difícil a vida dos *marinheiros* que nele labutaram ao longo do período estudado e concitaram vontades para melhor aproveitar o engenho humano vencendo obstáculos e regulamentando comportamentos. Depois a barra, os cuidados em vencê-la, a vigilância atenta do corpo de pilo-

¹⁶ AHMP - *Imposição do Vinho*, lv. s 1319 a 1370.

tos, a azáfama no transporte de passageiros e mercadorias entre as duas margens junto ao Porto, numa altura em que os armazéns de vinhos se mudavam para Gaia, mereceram também a nossa atenção.¹⁷

XII. VINHO E FISCALIDADE – A IMPORTÂNCIA DAS RECEITAS DO VINHO PARA O FOMENTO DO URBANISMO PORTUENSE

A análise da pesada fiscalidade sobre os vinhos no Porto, quer com destino aos cofres régios, quer para alimentar os cofres municipais ou da Igreja, permitiu-nos cimentar a ideia de que os impostos são normalmente lançados sob o compromisso de serem retirados de imediato, cessando as motivações que justificaram o seu lançamento. Contudo, tais promessas raramente são cumpridas, perdurando os tributos. Assim sucedeu no Porto com o Subsídio Militar, muito contestado pelo povo e pela cidade e que encontrou nos vinhos grande parte da sua receita. Como sucedia com outros tributos, apesar das grandes preocupações com a sua boa arrecadação, mercadores nacionais, ingleses, hamburgueses, membros do clero e os rendeiros da Igreja do Porto e das rendas régias, procuraram escusar-se ao seu pagamento, fomentando o contrabando e o descaminho das receitas. Pela importância que teve no negócio vinícola, dedicamos a este assunto extenso capítulo.¹⁸

A arrematação anual da renda da Imposição do vinho gerou receitas significativas à Câmara e aos rendeiros que disputavam entre si o aluguer da cobrança dos 144 réis por pipa de vinho entrada no Porto. A despesa do juro pago pelo empréstimo contraído ainda no século XVII para reunir o contributo do Porto na defesa dos territórios ultramarinos levava boa parte dessa receita. Contudo, a manutenção quer das infra-estruturas de abastecimento de água à cidade, quer do bom estado das calçadas dos seus arruamentos, foi sustentada com o dinheiro da renda dos vinhos. Deixamos em capítulo próprio notícia das principais obras realizadas com esses dinheiros dos vinhos nas fontes e chafarizes da cidade. A aplicação das receitas em obras de reparação das ruas permitiu-nos também perceber quais os principais eixos viários da época intra e extra-muros. O rendimento fiscal dos vinhos, serviu ainda para satisfazer outras despesas de carácter extraordinário como obras em edifícios religiosos, ou na *Casa do Senado*. De todas as despesas ficou notícia crítica de pormenor.

XIII. DO MONOPÓLIO BRITÂNICO NO NEGÓCIO VINÍCOLA À CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO

O crescimento económico que o Porto da primeira metade de setecentos registou foi alicerçado em boa medida no pujante negócio vinícola que se estabeleceu na urbe, sustentado sobretudo pelos vinhos de *Cima do Douro*. O sector produtivo aproveitou da melhor forma o franco período de crescimento do negócio vinícola para o exterior registado entre 1720 e 1740. Até aqui, o domínio britânico do negócio tornou-se extensivo a vários outros ramos de comércio na cidade. O quase monopólio construído pelos ingleses começou a estender-se mesmo à produção duriense. A compra dos *toneis*, vinhos da pequena produção

¹⁷ Utilizamos neste capítulo dados colhidos na British Library – Add 20, n.º 80, 81, 82, 83, 96, 97, 98, 99, 795, 815, 940, 941, 942, 943, 958, 963, 987, 988, 989, 998; AHMP - *Livros de próprias*, n.º s 129 a 136; AHMP - *Livros do Registo Geral*, n.ºs 6 a 9 e AHMP - *Imposição do Vinho*, lv. s 1319 a 1370.

¹⁸ AHMP – *Subsídio Militar*, n.º 1954; *Livros de próprias*, n.º 129 a 136; AHMP - *Livros do Registo Geral*, n.º s 6 a 9 e AHMP - *Imposição do Vinho*, lv. s 1319 a 1370.

de modestos lavradores, vinificados fora das grandes quintas, propriedade de membros da nobreza duriense, muitos deles residentes na cidade do Porto e que, habitualmente, produziam e vendiam os *vinhos de Feitoria* aos ingleses para exportação foi, a partir dos anos quarenta do século, um primeiro e claro indício de que os britânicos, senhores do comércio, começavam a tentar controlar também o sector produtivo. É que, enquanto as encomendas do exterior aumentaram, os preços à produção subiram e não houve dificuldade para colocar vinhos, fossem eles produzidos nas grandes quintas, ou por pequenos lavradores. Nesse campo os preços compensadores incentivaram mesmo o crescimento dos plantios. Contudo, a diminuição das encomendas, fosse pela degradação da qualidade dos vinhos, fosse forçada pelos condicionalismos de natureza política nacional ou internacional que marcaram a Inglaterra, principal importador, fez cair preços e despertou o interesse dos britânicos por vinhos mais baratos, mas de qualidade aceitável, produzidos pelos pequenos lavradores do Douro. Os grandes proprietários foram os primeiros a sentir os reflexos da concorrência dos chamados *toneis* que os ingleses compravam e exportavam prescindindo dos vinhos das quintas que só adquiriam se o preço fosse convidativo.

São estas as linhas mestras da tão falada “crise” de 1754. Como já apontamos Nesse ano e em resultado de um abundante ano de compras e exportação como foi o de 1753, corolário de uma boa colheita de 1752, os ingleses do Porto escusaram-se a comprar as acostumadas quantidades, com o conseqüente depreciar dos preços. Ancoravam a sua tomada de posição na capacidade de se abastecerem nos pequenos lavradores.

Compreende-se assim melhor, quer a posição das comunidades religiosas, quer as reclamações do Procurador da Cidade do Porto, representantes dos grandes proprietários durienses ao bramarem contra os *toneis* e contra a proliferação de novas vinhas, em defesa dos interesses das grandes quintas, só em parte secundados pela posição da Câmara do Porto que mantém alguma neutralidade, ciente da importância da produção, mas receosa das conseqüências para a cidade da aprovação de políticas contrárias ao interesse dos ingleses e de alguns grandes mercadores portuenses que gravitavam à sua volta, o mesmo é dizer, dos homens que dominavam a vida comercial do Porto.

De resto, vimo-lo, as medidas propostas pelos proprietários durienses em 1755, que em boa parte foram contempladas no documento de instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, contaram com a oposição dos britânicos pela pena de Robert Jackson, seu representante consular.

Vingaram no entanto as pretensões dos grandes produtores que, sem beliscarem, aparentemente, a letra dos tratados luso-britânicos do século XVII no tocante à liberdade comercial consagrada aos súbditos ingleses em território nacional, os impediram através da criação da *Companhia* de estenderem o seu monopólio comercial à produção dos vinhos do Douro. O sólido edifício constituído pelos privilégios de que gozou a instituição pombalina, defendeu sobretudo os grandes proprietários residentes no Porto associados a alguns mercadores nacionais concorrentes com os britânicos. A lista dos primeiros provedores da Companhia mostra-o de forma clara. As procurações passadas a Frei João de Mansilha para, livremente, poder redigir os primeiros estatutos da Companhia também, já que entre os signatários desses documentos se encontram sobretudo produtores residentes no Douro ou na cidade do Porto. O comércio, particularmente os grandes comerciantes nacionais e estrangeiros, não aderiram ao projecto como vimos pela da análise da lista dos seus primeiros accionistas. Por isso, quando olhamos para os nomes dos condenados pela sua pública reacção nas ruas do Porto contra a Companhia, nos célebres motins de 1757, encontramos

sobretudo os nomes de grandes e pequenos comerciantes da praça do Porto e do povo miúdo que eles conseguiram mobilizar na luta contra a ameaça que a ela representava, enquanto instituto monopolista da produção e de alguns sectores comerciais, como o dos vinhos de ramo no Porto e arredores e de exportação para as capitánias do Brasil.

SIGLAS E FONTES MANUSCRITAS UTILIZADAS:

Siglas

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMVC – Arquivo Histórico Municipal de Viana do Castelo

AOC – Arquivo da Ordem do Carmo

APSPM – Arquivo Paroquial de São Pedro de Miragaia

BA – Biblioteca da Ajuda

BL – British Library

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo

PRO – Public Record Office

FONTES

1. Fontes manuscritas

AHMP – *Vereações*, lv.s 65 a 83.

AHMP – *Visitas de Saúde*, lv. S 442 a 467.

AHMP – *Imposição do Vinho*, lv. s 1327 a 1370.

AHMP – *Registo Geral*, lv. s 6 a 9.

AHMP – *Décima e maneio*, lv. s 1419 e 1421.

AHMP – *Próprias*, lv. s 129 a 136.

AHMP – *Copiador de ordens e determinações do Substídio Militar*

BL – Add.-20, n.º 80 a 99 e 795 a 998.

BL – Add.-22, n.º 565, 566, 908.

BL – Add.-23, n.º 627, 629, 634, 642, 726.

BL – Add.-28, n.º 759.

BL – Add.-29, n.º 903 e 922.

BL – Add.-32, n.º 808.

BL – Add.-33, n.º 118.

BL – Add.-35, n.º 906.

BL – Add.-38, n.º 386.

IAN/TT – *Habilitações à Ordem de Cristo-HOC*, Maços n.º 1 a 98.

IAN/TT – *Chancelaria de D. João V*, lv.s 28, 32, 33, 34, 39, 36, 37, 40, 49, 54, 65, 70, 74, 79, 76, 84, 91, 96, 108, 110, 111, 116, 118, 125, 128 e 130.

IAN/TT – *Ministério do Reino*, Maços n.º 354, 623, 630, 632 e 641.

BA – 44-XII-16.

BA – 44-XII-5.

BA – 44-XIII-7.

BA – 44-XIII-30.

BA – 44-XIII-54.

AHMVC – *Visitas de Saúde*, lv. 934.

APSPM – *Livro das notícias muito interessantes da Parochia de Miragaia* (1641-1841)

APSPM – *Livro das Eleições dos Mordomos.*

APSPM – *Livro dos legados que se pagão a Igreja de São Pedro de Miragaya e couzas pertensentes a mesma Igreja feito no anno de 1736.*

PRO – CUST 2 – lv. s 1 a 80.

PRO – CUST 3 – lv. s 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 49 e 50.

PRO – SP (State Papers) – 89, lv. s 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 44.

PRO – SP (State Papers) – 100, lv. 44.

PRO – SP (State Papers) – 102, lv. s 50 e 90.

PRO – FO (Foreign Office), lv. 49.

AOC – *Termos e acordãos*, lv. s 1a 7.

AOC – *Livro dos Assentos dos Noviços.*

AOC – *Livro n.º 1 das Profissões dos Irmãos Terceiros.*

AOC – *Livro 1º dos Assentos dos Irmãos Terceiros da Mece da Nossa Veneravel Ordem Terceira da Senhora do Carmo da Cidade do Porto.*

AOC – *Livro 1º das entradas dos Irmãos Terceiros.*

ADP – *Cartório do Cabido da Sé do Porto - Redizima*, lv. s 186, 187, 188, 189 e 190.

2. Bibliografia

FRANCIS, Alan Davis, 1972 – *The Wine Trade*, London.

GUERNER, Cristovão, 1814 – *Discurso Histórico e Analytico sobre o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa.

SELLERS, Charles, 1899 – *Oporto old and new*, Londres, Herbert & Harper.

SILVA, Francisco Ribeiro da; CARDOSO, António Manuel de Barros, 1997 – *Intercâmbios comerciais entre o Norte de Portugal e a Galiza na viragem do século XVII para o século XVIII*. “Douro – Estudos e Documentos”, Porto, GEHVID, Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Vol.II (4), p. 173-213

SIMON, André L, 1964 – *The History of the Wine Trade in England*, London. SIMON, André L., 1934 – *Wine and the Wine Trade*, London.